

# A FITTEL E O "NOVO SINDICALISMO"- 1985-1997<sup>1</sup>

## THE FITTEL AND THE NEW UNIONISM - 1985-1997

Fernando Souto\*

### Introdução

Ao trabalhar o caso da Federação Interstadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (Fittel) destacamos a necessidade de compreender a especificidade dessa experiência. Criada no auge do chamado *novo sindicalismo*, em 1986, como uma alternativa política à Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas e Operadores de Mesas Telefônicas (Fenattel), a Fittel caracterizou-se por sua atuação fora da estrutura sindical oficial. O objetivo deste trabalho é discutir os contornos dessa experiência, chamando

atenção para a criação da sua estrutura organizativa e para os conflitos internos entre os diversos grupos – à luz de alguns estudos desenvolvidos no Brasil entre os anos 1960 e 1990, que analisaram a história do movimento sindical brasileiro e sua relação com a estrutura sindical.

Este artigo é resultado de um trabalho de doutorado e teve a metodologia qualitativa empregada na perspectiva de compreensão do problema. Foram utilizadas, principalmente, duas técnicas de pesquisa: a) *a análise documental*, que contou com visitas a diversos arquivos, entre eles do Sindicato dos Trabalhadores em Tele-

\* É graduado em Ciências Sociais pela UFPE, mestre em Sociologia e Antropologia pelo IFCS/UFRJ; doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF (Niterói/RJ/Brasil). Professor no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf (Petrolina/PE/Brasil) e pós-doutorando na *University of Sussex*. fsoutojr@hotmail.com.

1. Agradeço aos pareceristas anônimos da Revista Pós Ciências Sociais pelas sugestões que foram incorporadas ao texto final deste artigo, e a Ana Karolina P. Gomes pela leitura atenta do texto e pelas sugestões.

comunicações de Pernambuco (Sinttel) de Pernambuco e também do Rio de Janeiro,<sup>2</sup> o Arquivo Público do Estado de Pernambuco, o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ/IFCS/UFRJ) e a Biblioteca da PUC-Rio – nos arquivos foram selecionados e analisados diferentes tipos de documentos como atas, cartas, ofícios, memorandos, publicações sindicais diversas, jornais e revistas; e b) *entrevistas*, todas semiestruturadas, em número em torno de 23, com aproximadamente uma hora e meia cada uma. Foram escolhidas para as entrevistas lideranças de sindicatos telefônicos e da Fittel. A pesquisa documental aconteceu durante o período de realização do mestrado e do doutorado do pesquisador, entre 1997 e 2005.

O artigo está organizado em quatro partes: a) a introdução, que destaca as características da pesquisa, a metodologia e as técnicas de pesquisa utilizadas; b) a discussão teórica, que trata sobre estrutura sindical com a seleção de textos clássicos sobre o assunto, publicados entre os anos 1960-1990 até o advento do *novo sindicalismo*; c) o estudo de caso da Fittel, que provoca um diálogo com a discussão sobre a estrutura sindical, destacando a trajetória da federação, seus conflitos e disputas internas; e d) as considerações finais.

## 1. Um debate sobre estrutura sindical

Para essa discussão foram selecionados alguns textos que trataram da estrutura sindical brasileira e da burocracia nas organizações sindicais. Nosso argumento tentará demonstrar como essas análises carregam

um viés ideológico, dificultando o entendimento da ação dos sindicatos e do termo burocracia, utilizado sob uma perspectiva negativa e pejorativa. Para essa discussão foram escolhidos autores que formularam um pensamento sobre as questões acima e que influenciariam vários dos trabalhos acadêmicos entre os anos de 1960 e 1990, com a ideia comum, em boa medida, de que a estrutura sindical determinava as ações dos agentes nos sindicatos em decorrência da ausência de consciência de classe.

Pode-se dizer que essa tradição foi inaugurada com Evaristo de Moraes Filho em *O problema do sindicato único no Brasil*, de 1952, que discorreu sobre o movimento sindical brasileiro e a estrutura sindical. Em 1968, José Albertino Rodrigues lançou *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*.<sup>3</sup> Nas várias fases recortadas pelo autor, cada uma delas com políticas de legislação sindical diferentes, avaliaram-se os efeitos da estrutura sobre o movimento sindical: “em primeiro lugar, aquela estrutura, que subordinou política e administrativamente o sindicato ao Ministério do Trabalho, face à reduzida consciência de classe e escassa politização do proletariado” (RODRIGUES, 1968, p. 151).

Alguns dos aspectos da estrutura sindical são: “1) unicidade sindical; 2) estrutura uniforme para empregados e patrões; 3) controle ministerial; 4) enquadramento por categorias profissionais definidas em termos das atividades econômicas e das empresas” (RODRIGUES, 1968: 31). Esboçadas as principais características da estrutura que prendia os sindicatos ao Estado, essa tradição de estudos direcionou suas análises

2. Ao fim do II Conttel, em 1989, a Fittel apoiou formalmente a fusão entre o Sinttel-ERJ (Estado do Rio de Janeiro) e o Sinttel-MRJ (Município do Rio de Janeiro).

3. Também dessa mesma época ver RODRIGUES, 1966; SIMÃO, 1966.

ses aos vínculos e à capacidade destes de limitarem uma ação de enfrentamento. A atenção estava voltada para a “burocracia” que, nas palavras de Rodrigues (1968), era um antagonismo para os sindicatos que primassem pela luta de classes.

A dicotomia *burocracia* versus *luta* ou *consciência de classe* teria, no primeiro dos termos, a representação dos efeitos negativos da estrutura oficial, limitando as ações sindicais e acomodando os dirigentes. O imposto sindical seria um estímulo aos sindicatos que não conseguiriam seus recursos da capacidade de mobilizar e atrair novos filiados. A ideia comum por trás dessa tradição foi que a estrutura sindical inviabilizaria um sindicalismo combativo.

Na década de 1970, Francisco Weffort publicou *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968*. Weffort chamou atenção para as singularidades presentes na organização das greves de Contagem e Osasco. O ponto forte do trabalho foi a percepção de que houve independência dos dois movimentos com relação aos estrangulamentos da estrutura sindical, num momento em que esta estava acionada no sentido de impedir ações que fugissem ao controle do Estado. O argumento foi que a estrutura estava em crise e não mais se adequava ao perfil complexo que conformava o novo operariado nas áreas de grande desenvolvimento industrial. Nesse sentido, a eclosão desses movimentos indicava que a estrutura não estaria servindo nem aos operários nem às funções de controle do governo,<sup>4</sup> em razão também de os operários haverem se organizado de baixo para cima (WEFFORT, 1972, p. 92).<sup>5</sup>, p.

Um passo qualitativo foi dado por essa análise de Weffort, que trouxe para o debate acadêmico a compreensão de que a estrutura sindical não determinaria as relações nos sindicatos. Dessa forma, a responsabilidade foi atribuída às escolhas das lideranças, negando assim a avaliação do problema como decorrência de fatores externos: “creio que seria conveniente manter presente na interpretação dos movimentos de Contagem e Osasco a dupla determinação, externa e interna” (WEFFORT, 1972, p. 89). Ao considerar a determinação externa uma interpretação errônea, o autor optou por uma análise de dois lados: “primeiro, o Estado financia os sindicatos através de um imposto que garante a parte mais substancial de seus orçamentos”. Por conta disso, os sindicatos são uma extensão do Estado, pois dependem dele financeiramente, sendo essa a base da dependência política. “Segundo, a maioria dos sindicatos tem um baixo nível de participação e de representação”, e isso reforçaria a dependência porque enfraqueceria sua capacidade de se impor “às injunções externas, em especial as que vêm do poder público” (WEFFORT, 1972, p. 28).

Entretanto, Weffort negou que as greves de Contagem e Osasco pudessem ter sido um “desvio” em meio ao rígido controle exercido sobre os sindicatos. Sua ênfase foi no fato de que a independência que os movimentos adquiriram colocou em xeque a estrutura sindical. Tal tese seria desenvolvida por Almeida (1975, p. 49) em *O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas*: “a inadequação da estrutura sindical brasileira para fazer face aos no-

4. Também seguem uma proximidade com essa análise HUMPRHEY, 1979; 1982; MOISÉS, 1981.

5. Sobre organização dos operários, ver RODRIGUES, 1981a; 1981b; WEFFORT, 1973.

vos problemas criados pela grande empresa moderna – foi-nos sugerida por nosso orientador prof. Francisco C. Weffort”. A autora lançou a hipótese: “estará em crise a organização sindical instituída durante o Estado Novo?”<sup>6</sup> (1975, p. 50). A conclusão foi que a estrutura estava em crise, assim como os sindicatos como modelos de organização e reivindicação dos trabalhadores.

Martins (1979), em *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*, tratou da burocratização dos sindicatos analisando-os desde a década de 1930.<sup>6</sup> Seu problema de pesquisa era: “é possível uma prática política dentro do sindicato burocrático?”. Com a dicotomia *político* versus *burocrático*, a autora fez a distinção entre o burocrata e o militante, o qual estaria presente antes mesmo de todo o processo de regulamentação que resultou na estrutura sindical e que, segundo ela, era considerado “líder operário que enfrentava a repressão política” (MARTINS, 1979, p. 183).

Utilizando o esquema weberiano para entender a burocracia, mas sem abrir mão das dicotomias, a autora concluiu que os sindicatos serviram ao processo de acumulação capitalista por conta do excessivo controle do Estado, manifestado ora pela racionalização técnica da administração e pela impessoalidade da legislação que transformaram o militante em burocrata, impedindo a ação de confronto, ora pela ameaça da violência como forma de conter o ímpeto de luta dos operários. Raciocinando em termos das relações legais que prendem os sindicatos ao Estado, ela concluiu:

Há, isto sim, um instrumento legal – a legislação sindical – que, em períodos de exceção política, é aplicado mais rigidamente do que em outra conjuntura. Portanto, não é o código do sindicato que permite maior ou menor variabilidade de escolha, mas sim a conjuntura política (MARTINS, 1979, p. 90).

Dessa forma, Martins assumiu a determinação externa sobre o movimento sindical. Talvez somente nos momentos em que a conjuntura estivesse favorável seria possível entender a existência de um sujeito histórico nos sindicatos.

Com o advento do novo sindicalismo, Leôncio M. Rodrigues publicou *As tendências políticas na formação das centrais sindicais* (1991). Em sua interpretação do movimento sindical da década de 1980, o autor analisou *o novo sindicalismo* e a construção de novas organizações sindicais. Rodrigues retomou a afirmação de que a estrutura sindical estava cada vez mais em crise. Porém, segundo seu argumento, *o novo sindicalismo* havia nascido dentro da estrutura sindical e por isso foi possível a ele desenvolver-se tão rápido, garantindo recursos e infraestrutura. Ao final, o autor lamentou que o movimento sindical estivesse fragmentado, o que se devia às influências político-partidárias mais do que ao movimento em si. O autor terminou o seu texto encarando a influência partidária como um efeito pernicioso ao movimento sindical e opôs essa impressão à sua crença na existência dos “sindicalistas puros”.

No entanto, segundo Mattos,

6. O livro foi decorrência da sua dissertação de mestrado defendida em 1975, a qual teve como avaliadores os professores Azis Simão, José Albertino Rodrigues e Francisco Weffort.

Ao apontar que a estrutura sindical corporativa tende ao fim, Leôncio Rodrigues não chega a conferir grande peso à atuação das lideranças sindicais nesse processo. Ao contrário, as lideranças (que situa como segundo fator de sua explicação) teriam desmentido na prática os discursos mais radicais de combate à estrutura sindical oficial [...] indo além, Leôncio considera que os atrativos dessa base fornecida pela estrutura sindical oficial fizeram com que os sindicalistas ligados à CUT, tendessem, em sua maioria, a disputar, mas não recusar, os sindicatos oficiais [...] Levada a um limite tão rigoroso, a afirmação acaba por ser exagerada, pois não toma em conta as tensões entre essa tendência geral de reforço da estrutura sindical e as formas efetivas das bases (MATTOS, 1998, p. 72).

No contexto do novo sindicalismo, Boito Jr., em *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical* (1991a) e *Reforma e persistência da estrutura sindical* (1991b), sob influência das teorias estruturalistas de Louis Althusser, preocupou-se com os elementos invariantes da estrutura do sindicato de Estado. Ao colocar o problema nesses termos, ele afirmou que a estrutura sindical foi um todo organizado no aparelho do Estado constituído de partes invariantes e intransponíveis à ação do movimento sindical dos trabalhadores: “as componentes fundamentais de sua ideologia e os efeitos que essa estrutura e essa ideologia produzem, independentes das variações conjunturais, sobre a organização e a luta sindical dos trabalhadores”(BOITO, 1991a, p. 12).

A estrutura revelava o seu lado inflexível. Diante disso, já seria possível apreender a sua tese: a continuidade da estrutura sindical nos anos 1980. Conclui-se que o seu argumento compreendia a existência

de partes da estrutura mais flexíveis em alguns períodos, mas, ao ressaltar o seu lado invariante, Boito punha limites a essa flexibilidade, ao mesmo tempo que armava uma armadilha para si mesmo, pois não haveria nenhuma ação que não fosse, de alguma forma, influenciada, ou melhor, determinada pela estrutura.

Boito tentou demonstrar, por meio de cinco teses fundamentais, o seu argumento: 1º) “a estrutura do sindicato de Estado”, como prefere chamar, “fixa limites intransponíveis à prática sindical, e o faz de tal modo que esse aparelho acaba por desempenhar” 2º) uma “função exclusiva e permanente de desorganizar o movimento sindical das classes trabalhadoras”. Os aspectos da ideologia “própria do sindicalismo de Estado” são: 3º) essa ideologia é “que permite a reprodução do sindicato oficial” tornando “eficientes os seus mecanismos desorganizadores, na medida em que induz todas as correntes sindicais nacionalmente representativas a aderirem ao sindicato oficial”. Assim, não haveria como furar o cerco. Mas como isso seria possível? O autor explicou em um outro item: 4º) fazendo com que as correntes representativas aspirassem à tutela do Estado sobre a organização sindical, essa aspiração seria “a característica básica da ideologia do sindicalismo de Estado. E nada mais significa do que 5º) uma manifestação localizada da ideologia populista” (BOITO, 1991a, p. 13).

Ele colocou os sindicatos na estrutura sindical como um aparelho único integrado. Os sindicatos seriam a própria estrutura. Então, “a destruição da estrutura de subordinação não é factível, portanto, sem a destruição do próprio sindicato oficial [...] O aparelho do sindicato oficial é um ramo, e um ramo subalterno, do aparelho burocrático do Estado” (BOITO, 1991a, p. 26). Mas

o que diferencia Boito dos outros autores? Em relação aos que defendiam que a estrutura estava em crise, o autor respondeu que essa ideia estava equivocada: o que estaria em crise seria o modelo ditatorial de gestão.

Diferentemente de Leôncio Rodrigues, ele afirmou que “o movimento grevista de 1978 surge e se organiza fora dos sindicatos oficiais” (1991b, p. 68). Ele defendeu em seu trabalho que esse movimento começou fora da estrutura oficial, mas aos poucos foi se integrando a ela, pois, apesar dos enormes avanços, a investidura sindical – a outorga pelo Estado do poder de representação dos trabalhadores aos sindicatos oficiais – foi um dos elementos invariantes do poder concedente do Estado, e por isso os sindicatos permaneceram reproduzindo uma relação de submissão. Mas a postura de necessidade de reconhecimento por parte dos trabalhadores por si só não era suficiente para assegurar a sua dependência do Estado. As contribuições sindicais e a unicidade fechavam o círculo do atrelamento, afirmou o autor. Para Mattos,

[...] é possível perceber a permanência de uma questão de fundo cara aos primeiros estudos sobre o tema. Trata-se da noção de que a classe trabalhadora possui um destino. Na versão mais engajada, esse destino seria o da ação política visando a revolução social, tendo nos sindicatos e partidos de esquerda seus instrumentos de ação. Numa vertente mais moderada, o destino tomado como parâmetro é o da ação sindical como caminho para conquistas materiais dos trabalhadores, respeitando-se os limites da economia de mercado, tomada como um dado. De uma forma

ou de outra, páginas e páginas foram escritas para explicar porque a classe operária brasileira “não foi”: não foi socialista e sindicalmente engajada, como supõe o modelo europeu e não foi adepta do “sindicalismo de negócios”, conforme o paradigma americano. (MATTOS, 1998, p. 80)<sup>7</sup>

Baseados em Fortes (1998), podemos concluir que a história do trabalho e a sociologia do trabalho reproduziram a afirmação de que a estrutura sindical foi imposta de cima para baixo sem resistência. Essas interpretações pensaram as ações de regulamentação que resultaram na estrutura sindical como se fossem planejadas por um grupo, numa espécie de conspiração, de maneira retilínea e sem resistência dos trabalhadores.

O processo de intervenção estatal nos rumos do sindicalismo confrontou-se com uma longa tradição de organização operária. Apesar das debilidades identificáveis nesta tradição, seria necessário negar qualquer agência histórica aos trabalhadores para se imaginar que uma instituição totalmente desvinculada do que fora por eles definido como funções de uma organização operária poderia legitimar-se e mesmo conquistar sua adesão ativa, como em muitos momentos veio a se verificar com os sindicatos oficiais. (FORTES, 1998, p. 4).

É com base no argumento de Fortes, desatacando a resistência e suas ambiguidades, que iremos passar para a próxima fase do texto, chamando atenção para a criação da Fittel e a sua relação com a estrutura sindical.

7. Leôncio Martins Rodrigues chama atenção para os perigos das análises que atribuem um “destino” à classe operária. No entanto, ele parece não ter escapado à própria receita (1966, p. 07-17).

## 2. Os sindicatos telefônicos e a criação da Fittel

A trajetória política dos trabalhadores telefônicos chama atenção por eles terem participado da reorganização da luta sindical no final dos anos 1970 e ocupado lugar de destaque ao retomarem, ao longo dos anos 1980, quase todos os sindicatos de telefônicos no Brasil que estavam nas mãos de interventores ou sindicalistas pelegos. Atuaram empregando as bandeiras do *novo sindicalismo* em seus sindicatos e criaram e mantiveram uma federação sindical à revelia da lei. Nesse sentido, servirão como contraponto para a discussão desenvolvida acima sobre estrutura sindical e burocracia.

A organização dessa categoria se deu por volta dos anos 1950, quando quase todos os estados da federação tinham sindicatos telefônicos. Em 1957, eles fundaram a sua primeira federação nacional – a Fenattel. Nos anos 1990, devido à relação entre informática e telecomunicações, como trabalhadores de empresas estatais, foram uma das categorias que mais sofreram com a reestruturação produtiva, em razão de as telecomunicações terem se tornado um setor estratégico para os novos modelos produtivos na sociedade informacional. Para Laranjeira (2002, p. 22), “segundo alguns analistas, estaríamos na transição de uma sociedade industrial, cujo símbolo foi a indústria automobilística, para uma sociedade informacional, cujo símbolo seria as telecomunicações”.

Nesse sentido, muito se falou do sindicalismo dos anos 1980 e do chamado *novo sindicalismo*, e do que significou essa concepção. No entanto, é necessário discutir mais sobre as práticas imediatas pautadas nas diversas concepções que envolviam a ideia de *novo sindicalismo*. Portanto, este

artigo tem a pretensão de discutir o caso concreto da criação e da atuação da Fittel – como expressão de uma ação fora da estrutura sindical oficial, destacando suas contradições com as disputas internas em torno da sua manutenção – e, por fim, tentar entender de que forma essa experiência explicitou uma diversidade de projetos associados ao que se convencionou chamar de *novo sindicalismo*.

Os anos 1980 foram de grande efervescência política. A reabertura democrática e a política econômica, que tinha no arrocho econômico e salarial a principal arma para conter a inflação, impulsionaram de forma intensa a atividade sindical, que despontou desde 1978 nas manifestações no ABC paulista, trazendo o que a literatura acadêmica convencionou chamar de *novo sindicalismo*, em correspondência aos novos movimentos sociais (SADER, 2001). De modo geral, foi uma prática sindical de confronto que privilegiou ações em consonância com as bases sindicais e que se colocou, no discurso, contra a estrutura sindical oficial.

Nesse sentido, a categoria dos telefônicos mostrou-se combativa, nos anos 1980, quando diversos grupos espalhados pelo Brasil assumiram a condição de oposição sindical e passaram a disputar politicamente com as direções dos sindicatos de telefônicos filiados à Fenattel, a qual monopolizava a representação oficial com 2323 sindicatos filiados. Em 1979, o grupo opositor em Minas Gerais venceu a disputa no Sinttel-MG; em 1980 foi a vez dos gaúchos. Nessa mesma época, em Pernambuco e na Bahia, oposições rivalizavam-se nas assembleias com os dirigentes da situação. Na Bahia, a oposição compôs uma chapa com integrantes da situação e chegou ao poder. Em 1981, uma situação semelhante de composição de forças per-

mitiu ao grupo opositor chegar ao poder no Sinttel do município do Rio de Janeiro. Em 1983, o grupo cutista venceu as eleições na Bahia, dessa vez sem a composição com grupos oriundos da época da ditadura. Em Pernambuco, no ano de 1984, o grupo opositor venceu as eleições no Sinttel-PE (SOUTO JR, 2005b).

O primeiro elemento comum que pode ser extraído da história desses sindicatos, na primeira metade dos anos 1980, é uma postura de enfrentamento inspirada nas bandeiras do *novo sindicalismo*, com bastante ênfase: na crítica ao imposto e à estrutura sindical, em maior democracia interna, em menos assistencialismo, em mais enfrentamento às empresas etc. Os Sinttel da Bahia, do município do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul foram os responsáveis pelo questionamento das práticas políticas da federação oficial, a Fenattel.

Com as oposições sindicais, surgiu uma prática política de enfrentamento às políticas das empresas que divergia do modelo de atuação da Fenattel. O modelo das oposições era definido como classista e isso significava, acima de tudo, luta de classes nos moldes do marxismo a se destacar por uma postura fortemente acentuada no enfrentamento às empresas estatais e ao governo federal. Com a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, ficou mais clara a definição dos campos políticos para os telefônicos, ao mesmo tempo que os conflitos entre as tendências na central reverberariam na Fittel.

Já a Fenattel não era percebida pelos opositoristas como a legítima representante dos interesses da categoria, pois nela estavam as forças políticas da conciliação com as empresas, e que não desejavam romper com as amarras da estrutura sindical. Foi no I Congresso Nacional da

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações e Operadores de Megas Telefônicas (CONTCOP), em 1984, que os sindicatos de Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e do município do Rio de Janeiro formaram oposição à Fenattel.

Em 1985, os adeptos do enfrentamento puxaram a categoria para o primeiro movimento nacional organizado por aumentos trimestrais de salários. Os estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostravam que a cada três meses os salários perdiam poder de compra, em proporção equivalente a 38%. A Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) havia oferecido um empréstimo no lugar do abono reivindicado. Os trabalhadores não aceitaram e fizeram uma passeata à noite congestionando as linhas da Discagem Direta a Cobrar (DDC) – cerca de 130.000 telefônicos espalhados pelo Brasil participaram das manifestações. Após muitas negociações e diante da ameaça de bloqueio das linhas telefônicas em nível nacional, os telefônicos conquistaram 30% de abono.

Com a primeira vitória, o grupo opositor desejava maior espaço dentro da Fenattel. Quando o Conselho da federação se reuniu na cidade de São Luís, no Maranhão, com 2323 sindicatos filiados, mais o Sinttel-DF, para discutir a renovação da diretoria e o processo eleitoral, entre outros assuntos, o grupo opositor se rebelou por não concordar com a prática sindical e com os critérios definidos para as eleições. Chegaram a propor eleições diretas ou congressuais, mas não conseguiram apoio necessário à proposta.

Esse processo culminou com a saída de seis sindicatos (BA, DF, MG, MRJ, PE, RS) da reunião e a redação do manifesto *Carta de São Luís*, e deu início à criação do



bloco independente e oposicionista. Esse evento passou a ser denominado de “racha de São Luís”, um conflito que explicitou as discordâncias entre a oposição e a situação. Essa ação significou o “rompimento dos telefônicos com a estrutura sindical vertical, atrelada ao Estado”. A partir daí o grupo passou a atuar em bloco, organizou e financiou as oposições em outros estados, conquistando logo depois o Sinttel-CE (SOUTO JR., 2005b).

No dia 15 de outubro de 1985, o Sinttel-PE decidiu, em assembleia, requerer autorização junto à base para se desligar da Fenattel e, junto com os sindicatos de Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Ceará e Distrito Federal, requerer o reconhecimento da Fittel pelo Ministério do Trabalho e a ela se filiar. Em 31 de outubro o sindicato comunicou sua decisão à Fenattel. O rompimento com a federação oficial tinha um significado específico: a autonomia sindical e o fim da estrutura sindical.

O primeiro objetivo da Fittel foi organizar nacionalmente a luta da categoria e estimular novas oposições em bases da Fenattel. Ainda em 1985, encaminhou a primeira campanha salarial unificada com negociações centralizadas. Esse fato permitiu um aprendizado para a realização de ações coletivas nacionais, criando uma estrutura para colocar em execução as políticas do grupo. A Fittel se definia como tendo uma “concepção classista de luta pela base, orientada pela CUT” (CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES TELEFÔNI-

COS, 1989, p. 23).<sup>8</sup>. Sua característica fundamental era ser uma organização sindical classista, o que significava “lutar por uma Entidade capaz de organizar os telefônicos para darem resposta concreta à burguesia e sanar, com toda classe trabalhadora na construção de uma Nova Sociedade sem explorados nem exploradores” (FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES, 1988: 24).<sup>9</sup>

A proposta de organização interna da direção era singular, pois se tratava de uma federação fora da estrutura sindical oficial. Para o funcionamento fora dos moldes oficiais foi organizado um rodízio entre os diretores efetivos, que eram cedidos pelos seus respectivos sindicatos em caráter de plantão. Permaneciam 15 dias na sede da Fittel e outros 75 trabalhando nos sindicatos de origem. Sem sede própria, algumas investidas foram realizadas na tentativa de conseguir uma sala no Sinttel-RJ. No entanto, foi o Sinttel-MG que cedeu o espaço provisório com a condição de “que se crie estrutura mínima para o seu funcionamento, sem sacrificar nenhuma das partes”<sup>10</sup>.

Em 11 de março de 1986, no Rio de Janeiro, foi realizada a primeira Plenária Nacional dos Telefônicos com dez sindicatos ligados à Fittel; “o principal tema abordado foi a campanha pelo cumprimento do acordo de 1986”.<sup>11</sup> A influência da federação nos sindicatos cresceu principalmente à medida que assumia o papel de principal articuladora das campanhas salariais; e

8. CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES TELEFÔNICOS, 2, 1989, Juiz de Fora. Resoluções... Organização e revisão: Núcleo de Pesquisas Sindicais – NUPES/UFRJ.(MG), 7, 8, 9, 10 de setembro de 1989. Manuscrito.

9. CT n. 044/88 da Fittel aos Sindicatos Filiados. Brasília, 28 out. 1988.

10. CT n. 044/88 da Fittel aos Sindicatos Filiados. Brasília, 28 out. 1988.

11. Boletim do SINTEL. n. 16. Recife, maio 1986.

priorizava o confronto e a negociação direta com as empresas: “a luta não poderá se dar no ‘tapetão’ da justiça, e sim na rua e nos locais de trabalho”.<sup>12</sup>

Nesse período inicial, a federação atuou em diversas frentes demarcando o perfil de enfrentamento no trato com o Sistema Telebrás. Os primeiros temas negociados foram: ambiente de trabalho como periculosidade, empréstimos de férias, desvio de função, gratificação para dirigir, abonos, plano de cargos e salários, contratação de mão de obra terceirizada, aposentadorias especiais para telefonistas, comitês de defesas de estatais, privatização. Várias greves foram deflagradas nos anos 1980 no Sistema Telebrás (SOUTO JR., 2005b).

As diferenças entre os sindicatos do chamado bloco independente e a federação oficial apareciam cada vez mais, tendo em vista a política de organização das bases por parte da Fenattel: “as lutas por melhorias salariais, historicamente nunca se resumiram a ofícios e audiências”<sup>13</sup>. No entanto, a formação da federação estava permeada de conflitos. Em outubro de 1986, o Sinttel-MG, que cedia o espaço para a sede provisória, enviou uma carta-documento à direção da Fittel com críticas ao seu funcionamento. O ponto nodal era que a diretoria não estaria cumprindo o critério de rodízio de diretores.

Tal fato tem sobrecarregado o companheiro Aristóteles, que além de cumprir suas obrigações de Secretário-Geral do Sinttel-MG, tem ainda que se dedicar quase sozinho, a difícil tarefa de organizar os telefônicos a ní-

vel nacional, além de também sobrecarregar nossa estrutura administrativa para solução de problemas financeiros e burocráticos da Fittel[...] Com isso, a Fittel continua utilizando a infraestrutura do Sinttel-MG, dificultando a atuação deste sindicato, e ainda não se profissionalizando na atuação sindical [...] De outro lado, consideramos também que a Fittel não está se empenhando, de maneira mais firme, na obtenção de sua carta sindical. E todos sabemos da importância de se obter urgentemente a investidura sindical para essa federação (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS, 1986, grifo nosso do autor).<sup>14</sup> (grifo do autor)

Duas coisas chamam a atenção aqui: *i)* o pensamento por parte das lideranças – de que era necessária a profissionalização das atividades da federação, ou seja, a habilitação de pessoas para administrar a federação e com isso conduzir a luta –, e *ii)* a tentativa de garantir a carta sindical – que significava resolver os problemas de liberação de diretores, de estrutura e financiamento, diminuindo o questionamento da legitimidade da Fittel por parte do governo e das empresas telefônicas, e subtraindo da Fenattel os recursos do imposto sindical.

O trecho citado a seguir, retirado do Caderno de Teses do II Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (Concut), de agosto de 1986, ajudará a compreender as disputas no interior da federação. Naquele momento, segundo Teixeira (2009, p.39), o II Concut aprofundou as posições de esquerda na central “e significou também um

12. Boletim do SINTTEL. n. 16. Recife, maio 1986.

13. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS, 1986.

14. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS. Carta à Fittel. Ofício 208/86. Belo Horizonte, 02 out. 1986.

acirramento da luta política e ideológica entre as principais correntes políticas”. Tais elementos iriam reverberar na Fittel. Não por acaso, o Sinttel-MG havia apresentado, nesse mesmo Concut, tese contrária à proporcionalidade das executivas.

A proporcionalidade das executivas acaba por diluir politicamente programas, princípios e práticas muitas vezes conflitantes. Tem servido até hoje, na prática, para inviabilizar o funcionamento de várias executivas [...] tentar confundir a proporcionalidade com democracia representa, na verdade, escamotear a vontade e a prática de algumas correntes no interior do movimento sindical no sentido de garantirem espaços nos organismos de direção para poderem encaminhar suas políticas (TEIXEIRA, 2009, p. 36).

Por outro lado, outros setores viam como satisfatório o modelo adotado. Tornavam-se, assim, expostas as divisões dentro da federação. Em janeiro de 1987, o Sinttel-PE enviou uma carta à coordenação da Fittel, que se reuniria no Rio de Janeiro para discutir a mudança da sede para Brasília, defendendo que a decisão final deveria ser tomada apenas após uma Plenária Extraordinária convocada para tal fim. O motivo era que a transferência da sede “em caráter provisório e experimental” não deveria trazer nenhuma alteração na composição da nova diretoria, pois a

direção do Sinttel-PE avalia de forma satisfatória a atuação da atual direção e entende ser a substituição de quaisquer de seus mem-

bro uma questão política e não meramente técnica (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES DE PERNAMBUCO, 1987).<sup>15</sup>

Ficava claro haver distintos projetos de orientação política para a federação e que as disputas no interior envolviam tendências políticas, mas durante o processo de pesquisa não foi possível mapear o conjunto delas. Para Marcelo Beltrão, liderança do Sinttel-PE e da federação,

A Fittel sempre foi organizada por tendências. Desde o seu nascimento até, digamos, seu último mandato, quando isso praticamente encerrou (informação verbal).<sup>16</sup>

Em 1987, o Diário Oficial da União publicou um parecer do Ministro do Trabalho Almir Pazzianotto negando a existência legal da Fittel e alegando existir outra federação, a Fenattel, com a mesma base territorial. É aqui que está localizado o ponto nevrálgico do *novo sindicalismo*: o “novo” não era tão “novo” assim, bem como o “velho” não era de todo “velho”, como já adiantaram Santana (1999a; 1999b) e Mattos (1998a). O chamado *novo sindicalismo* herdava práticas de experiências sindicais anteriores. Havia uma tensão que se manifestava à medida que a federação ganhava corpo e importância. Tal tensionamento encontrava-se entre os grupos que defendiam a Fittel oficial e aqueles que a queriam desatrelada da estrutura oficial. Essa foi uma das tensões constituintes do chamado *novo sindicalismo*. Esse argumento ganha força

15. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES DE PERNAMBUCO. Carta à Fittel. Recife, 16 jan. 1987.

16. Marcelo Beltrão, Presidente do Sinttel-PE, jul. 2003.

com a alternativa política encontrada pelas lideranças ao terem a carta sindical negada: recorreram ao Supremo Tribunal Federal e exigiram o bloqueio do recolhimento do imposto sindical da Fenattel para enfraquecê-la, além de terem impetrado um mandato de segurança contra a decisão do ministro. Um dos argumentos favoráveis que se apresentava no debate interno sobre a investidura sindical por parte da Fittel era o de que, com a sua oficialização, seria possível retirar da Fenattel os recursos oriundos do imposto sindical das bases sob as quais a Fittel tinha o controle, enfraquecendo-a, e depois devolvê-los à base.

Em outubro de 1989, no II Congresso Nacional dos Trabalhadores Telefônicos (Conttel), o tema da organização interna continuou na pauta do dia. Foi enfatizada pelos presentes a necessidade de se construir uma estrutura para o pleno funcionamento da federação. O tema da burocracia e da organização dos trabalhos era recorrente. Segundo Srour, as organizações funcionam como “coletividades especializadas na produção de um determinado bem ou serviço. Elas combinam agentes sociais ou recursos, de forma a economizar esforços e tornar seu uso eficiente” (2005, p. 140). O sentido de burocracia que se discutia não era pejorativo. Isso era necessário porque as condições de seu funcionamento eram consideradas insatisfatórias e necessitavam de soluções, tais como:

a) A Fittel funcionava sem sede própria e ocupando uma sala cedida por um dos sindicatos associados, o que causava transtornos e constrangimentos para as partes no cotidiano;

b) A diretoria era organizada por rodízio, o que trazia descontinuidade às ações da gestão;

c) Faltava uma linguagem comum à ca-

tegoria vinculada ao campo da Fittel. Como solução, foi proposto um programa de formação sindical para garantir uma melhor organização da estratégia política e a criação de uma imprensa com o objetivo de unificar as informações da categoria, além de uma assessoria jurídica.

Pode-se dizer que os elementos pontuados acima eram consensuais e exigiam as soluções apontadas. A tensão residia justamente na escolha da alternativa política que poderia vir prevalecer: por fora ou por dentro da estrutura sindical? Essa experiência foi original e estava destinada a repetir os embates que já se manifestavam na CUT. A Fittel acumulava poder político pela capacidade de coordenar a política sindical dos telefônicos construída nas bases. A origem das diferenças internas estava na diversidade de tendências e grupos que se enfrentavam e constituíam o chamado campo da CUT, e era hegemônica pela Articulação Sindical desde o II Concut. Tais enfrentamentos procuravam definir o sentido e o caminho a ser seguido tanto no interior da central quanto no interior da federação.

No entanto, a unidade era sempre um ideal a ser perseguido e que se manifestava em algumas ações, como as experiências de estruturar novas oposições sindicais em São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte. Esses foram exemplos de uma estratégia e de um discurso comum. Dessa forma, foi criado um Plano de Trabalho para Formação Sindical que abrangeu os seguintes itens: organização de uma imprensa com um periódico de circulação nacional, e de uma assessoria jurídica, além da necessidade de criação de um banco de dados com informações do setor e que deveriam ser compartilhadas com os sindicatos e as oposições.

Dentro do seu raio de ação, a Fittel também tentou fazer a ponte com outras orga-

nizações de base, montando estratégias de ação com os sindicatos e com a Associação dos Empregados da Embratel (AEBT),<sup>17</sup> que funcionavam como comissões autônomas de empresa, “sem vínculo orgânico com a estrutura sindical, devem atuar divulgando e fortalecendo a ação sindical dentro da empresa”; como modelo já existente “entendemos que algumas AEBT scumprem este papel na organização dos trabalhadores da EMBRATEL” (CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES TELEFÔNICOS, 1989, p. 32).<sup>18</sup> A organização por local de trabalho foi uma estratégia adotada pelo *novo sindicalismo*, mas que já havia sido utilizada em outros momentos pelo movimento sindical (SANTANA, 1999a; 1999b; MATTOS, 1998a; 2002). Será que as diversas AEBT em cada estado se conformariam apenas com o papel de “atuar divulgando e fortalecendo a ação sindical dentro da empresa”? Ou reivindicariam espaço próprio na organização sindical?

A atmosfera na federação era tensa, parecia ser arrastada em alguns momentos para a busca pela investidura oficial e, em outros momentos, o pêndulo recaía para o lado contrário. Fazia a defesa da devolução do imposto sindical para que esse não fizesse mais parte das previsões orçamentárias dos sindicatos de sua base, porém defendia a manutenção da cobrança de uma taxa de fortalecimento, nas assembleias, de fechamento de acordos coletivos de data-base, sendo: 50% para os sindicatos, 25% para o fundo de greve e 25% para o fortalecimento da Fittel. O pêndulo oscilava. Ainda

em 1989, reafirmou seu caráter de federação fora da estrutura oficial como condição favorável a um sindicalismo livre:

Hoje, a Fittel é formada por 14 sindicatos, o que representa a maioria da categoria dos telefônicos, e mostra que a estrutura sindical que propomos é possível de ser praticada: a organização dos trabalhadores desatrelada do Estado, sobrevivendo de contribuições espontâneas, sem o Imposto Sindical, etc. (CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES TELEFÔNICOS, 1989, p. 23)

As dificuldades pelas quais passava a Fittel demonstravam o quanto era difícil manter a luta política fora da estrutura sindical, ao mesmo tempo que tal projeto se mostrava possível.

No final dos anos 1980, após a vitória de Fernando Collor nas eleições presidenciais, não houve mais tranquilidade, pois ele logo impôs demissões e privatizações de empresas. Nos anos 1990, teve início a execução do projeto neoliberal, que em seu cerne tinha como objetivos diminuição dos gastos públicos, arrocho salarial, reforma do Estado e quebrado movimento sindical sob o argumento de garantir a estabilidade da moeda (ANDERSON, 1999). A conjuntura econômica não era fácil: a inflação em março de 1990 chegara aos 84,32%.

A Fittel optou por seguir construindo seu espaço junto aos sindicatos para se contrapor ao projeto neoliberal. Definiu como bandeiras de luta a absorção da mão de obra contratada aos quadros das empresas e a

17. Essas associações eram criadas e mantidas pela empresa com o objetivo de estimular o lazer e a assistência entre os funcionários. No entanto, na década de 1980 tornaram-se campos férteis para o nascimento de oposições sindicais e novas lideranças.

18. CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES TELEFÔNICOS, 2, 1989, Juiz de Fora. Resoluções... Organização e revisão: Núcleo de Pesquisas Sindicais – NUPES/UFRJ. Manuscrito. 1989 (MG),.

defesa das estatais. Anunciou a luta contra as privatizações. Do outro lado do *front*, o governo Collor implementava sua reforma administrativa. Centenas de trabalhadores de estatais foram demitidos ou postos em disponibilidade (REVISTA EXAME, 1990). A Fittel decidiu continuar com a luta em quatro eixos: a) contra a privatização das estatais; b) contra as demissões; c) contra a recessão e pela garantia do emprego e d) pela recuperação das perdas salariais.

Iniciando o III CONTELOnttel, em agosto de 1991, com 15 sindicatos filiados, a Fittel crescia em meio à conjuntura adversa. Já havia assumido bandeiras de defesa do monopólio estatal, atuou contra a privatização e organizou a luta pela anistia aos demitidos pelo governo Collor. O caso Vicom<sup>19</sup> e a greve da Campanha Nacional de Lutas (CNL) de 1987 foram momentos importantes de construção de sua legitimidade diante da postura hostil do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que não aceitava a federação como representante legítima da categoria (SOUTO JR., 2005b, p. 75).

Novamente, foi discutida a estrutura interna da Fittel, quando foram apontados mais uma vez os problemas crônicos do seu funcionamento, como a sua burocracia e o seu financiamento. Poucos sindicatos se dispuseram a liberar diretores e a passar informações à federação, em uma conjuntura nacional e internacional desfavorável: “este II [sic] Congresso tem uma tarefa importante, que é a discussão da manutenção da

Fittel não só política, mas também financeira” (CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES, 1991).<sup>20</sup> Com dificuldades para encontrar o equilíbrio político-financeiro, uma das resoluções aprovadas afirmava que os sindicatos deveriam lutar pela liberdade sindical e devolver os recursos do imposto sindical. Ao mesmo tempo, outra proposta tentava transformar a federação em um departamento da CUT.

O II CONTELConttel aconteceu em 1991, dois anos depois do III CONCUTConcut. No congresso da CUT, a Articulação Sindical propôs a mudança da sua estrutura organizativa para se tornar mais ágil. Para Teixeira (2009, p. 49), “o objetivo da maioria da direção da Central era aprovar uma mudança ainda maior no estatuto, que possibilitasse a implementação de uma nova concepção sindical. E qual seria essa?”. O autor responde citando Neto e Giannotti (1993, p. 42 apud TEIXEIRA, 2009: 49): “Uma Central de representação, de negociação, mais do que uma Central de mobilização e organização para a luta ampla das massas”.

Enquanto os conflitos políticos revelavam as dificuldades da organização da Fittel, crescia o número de sindicatos de sua base. Era possível perceber pelos estados representados no III CONTELConttel: “onde os delegados representando os Sinttel de: RO, PA, CE, PB, PE, BA, SE, MS, GO, DF, RJ, MG, ES, PR, RS, assim como as oposições dos Sinttel de: RN e AM” (CONGRESSO NA-

19. O caso Vicom teve seu início em 14 de outubro com a assinatura de um contrato entre a Victori Comunicações e a Modata (Vicom) com a Embratel, que permitiria à empresa privada utilizar o satélite Brailsat para prestação de serviços de comunicação de dados. Com esse contrato a empresa de propriedade de Roberto Marinho e Amador Aguiar passaria a atuar em área assegurada como monopólio estatal.

20. CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES, 3, 1991, Distrito Federal. Teses, estatutos, regimento interno. Distrito Federal, 1991, p. 26-27.

CIONAL DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES, 1991, p. 26-27). Era constante a reafirmação dos valores que nortearam a criação da Fittel como oriundos de um sindicalismo classista contra o assistencialismo e a favor da devolução do imposto sindical. No entanto, em meio aos discursos sobre esse tem, foi eleita a terceira diretoria depois de uma disputa entre duas chapas: “a chapa 01 obteve 83 votos (46,36%); a chapa 02 obteve 96 (53,64%)”.<sup>21</sup> Claramente dois projetos estavam em disputa.

No IV CONTELConttel, em 1993, em meio às mudanças no mundo do trabalho, a avaliação da conjuntura nacional foi considerada desfavorável por causa do neoliberalismo e pelo fato de que este não desapareceria com o *impeachment* do presidente Collor. Não se esperavam grandes mudanças durante o governo Itamar Franco. A avaliação era de que ele manteria a política de privatizações, assim como se mostrava ainda mais aberto ao capital estrangeiro.

A tensão aumentou e as fissuras apareceram com maior clareza com as disputas que se manifestavam em sindicatos da base. As disputas em eleições do Sinttel-RJ e Sinttel-RS com chapas do mesmo campo da CUT/Fittel, apoiadas e financiadas por outros sindicatos telefônicos, foram consideradas de risco para a boa relação da federação, principalmente no Rio de Janeiro, onde a Fittel foi envolvida na disputa (SOUTO JR., 2005b).

O melhor entendimento dessas disputas se dá ao compreender quem era quem nesse jogo. Prevalcia no Sinttel-RJ uma orientação política ligada à Articulação, que se tornara dominante na CUT desde o Concut

de 1991. Segundo Teixeira (2009, p. 93), as diferenças na CUT tornaram-se “gradativamente em estratégicas; assim, a grande tensão que existiu no IV Concut tem relação direta com a disputa de rumos da Central e de que concepção de sindicalismo seria o seu norte, não estando restrito apenas a debates administrativos ou de ‘método’”. O resultado foi que a CUT tornou sua burocracia mais centralizada e menos acessível às bases.

Ainda na visão do autor, que ajuda a esclarecer as disputas internas na CUT pela perspectiva das tendências em confronto, o projeto da Articulação visava a dar respostas mais rápidas aos problemas causados pela intensificação da reestruturação produtiva, mesmo que isso sacrificasse os espaços de discussão mais amplos. A mudança de postura também ficou evidente com a filiação da CUT à Confederação Internacional das Organizações dos Sindicatos Livres (Ciols), de base social-democrata e ligada ao sindicalismo norte-americano. O resultado final foi que a central, em vez de enfrentar o neoliberalismo e impedi-lo pelo enfrentamento à reestruturação produtiva, optou por diminuir as consequências com políticas que não enfrentavam o mal pela raiz. Entretanto, a hegemonia da Articulação na CUT foi conquistada, segundo os adversários, com autoritarismo, golpe e traição. Isso inevitavelmente reverberaria na dinâmica da Fittel, na qual o clima de desconfiança por parte das demais tendências políticas intensificaria as disputas com os membros da Articulação.

Para Ladovsky e Oliveira (2014, p. 155), a compreensão do problema pela ótica da história da instituição demonstrou que

21. FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES. Ata de Posse da Terceira Diretoria Eleita para o mandato de 04 de agosto de 1991 a 04 de agosto de 1993.

O 2º CONCURTO, em 1986, começou a expor mais claramente as diferenças que iriam marcar sua trajetória daí por diante, opondo uma visão de tipo mais confrontacionista e assumidamente de referência mais socialista e outra de natureza centralmente voltada a um papel de negociação e de contratação coletiva e, portanto, à afirmação da CUT como central sindical. Embora os defensores da primeira tenham conseguido aprovar nas resoluções uma menção explícita ao socialismo, a segunda já se esboçava como corrente majoritária.

Neto e Giannotti (1993, p. 42) concluíram ter sido no III CONCURTO, em 1988, que, ao se discutir a reestruturação da central, passou a haver um objetivo claro com relação ao futuro da CUT: “aprovar uma mudança no estatuto que permitisse implementar uma nova visão de Central. Uma Central de representação, de negociação, mais do que uma Central de mobilização e organização para a luta de amplas massas”.

Em um ambiente interno de desconfianças e rivalidades alimentadas por disputas em outras esferas do movimento sindical, o ano de 1993 seria ainda intenso em relação à conjuntura política. Em maio, Fernando Henrique Cardoso tornou-se Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco. Em menos de um ano, em fevereiro de 1994, foi lançado o Plano Real. A nova moeda ficou pareada ao dólar em 1 x 1, e o seu lastro eram as reservas em dólares do Banco Central. A inflação caiu, a especulação financeira e a dívida pública aumentaram. Em 1994 FHC foi eleito presidente. Sua política dava continuidade à abertura comercial iniciada no governo Collor com

privatizações, arrocho salarial, aumento do desemprego e forte enfrentamento ao movimento sindical.

O contexto político nacional e o sindical, envolvendo a CUT e a Fittel, colocava o Sinttel-RJ na posição de alvo preferencial das disputas, tanto pela desconfiança das demais tendências que se opunham à Articulação, como pela posição estratégica que o sindicato detinha por ser o maior do “campo CUT/Fittel”, o que o tornava mais expressivo e com maior peso político. Por outro lado, o sindicato mantinha uma postura crítica e de enfrentamento a certos encaminhamentos da federação, ao mesmo tempo que era uma peça fundamental para o sucesso nos enfrentamentos nacionais. Exemplo disso foi que no IV CONTELConttel surgiu uma tese que condenava sobremaneira a postura do sindicato carioca, porque a “diretoria do Sinttel-RJ não conseguiu aprovar na assembleia a taxa de fortalecimento da Fittel, comprometendo muito nosso orçamento para este ano” (SOUTO JR, 2005: 50).

Alguns documentos publicados pela AEBT-RJ, de abril a setembro de 1995, revelaram diferenças entre a AEBT, o Sinttel-RJ e a Fittel. O primeiro desses documentos, intitulado *Organização Nacional dos Trabalhadores da Embratel*, chamava a atenção para o fato de a Federação não ter uma política específica para os trabalhadores da Embratel, já que essa empresa tinha dimensão nacional; a maior entre as teles e sua sede estava localizada no Rio de Janeiro. Justificava-se, assim, a reivindicação por uma política específica baseada na capacidade de organização de seus funcionários.<sup>22</sup>

22. ASSOCIAÇÃO DE EMPREGADOS DA EMBRATEL/ ORGANIZAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA EMBRATEL. Documento 1. Rio de Janeiro, abril de 1995.



Por trás disso estava a Convergência Socialista que tinha membros na AEBT-RJ, os quais defendiam maior autonomia da associação diante do sindicato. Os focos de maiores disputas entre sindicatos telefônicos localizavam-se no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, ambos ligados à Articulação. As duas AEBT nos dois estados foram os berços das oposições às direções desses dois sindicatos e contavam com o apoio organizativo e financeiro de outros Sindicatos telefônicos do “campo CUT/Fittel”.

No auge dessa disputa entre AEBT-RJ, Sinttel-RJ e Fittel, uma súbita baixa aconteceu – a do dirigente da Fittel, Paulo Roberto, que também era ligado à AEBT-RJ e já tinha sido dirigente do Sinttel-RJ. De acordo com a minuta da Ata de Reunião Extraordinária da Direção Executiva da Fittel, Paulo Roberto “por motivos particulares deverá retornar seu trabalho na Telerj, a partir de 11/01/95. Carta já enviada para a Telerj”<sup>23</sup> (FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES, 199-). É possível deduzir que as circunstâncias da saída foram estranhas e, provavelmente, poderiam ter motivações políticas: “as divergências internas entre as correntes políticas e grupos (organizados ou não) atingiram um dos momentos mais críticos de nossa história e o processo de discussão política ficou extremamente prejudicado”.<sup>24</sup>

Para contornar os conflitos e a dificuldade de maior estabilidade, a alternativa foi a proposição de eleições diretas para a federação. No entanto, ao longo do tempo a proposta tornou-se inviável e no congresso

seguinte foi desfeita. Mas as dificuldades não pararam por aí. Alguns dirigentes criticavam outros por defenderem mais os interesses dos seus próprios sindicatos de origem do que os da federação. O problema não estava na ausência de compromisso com a federação, mas no difícil equacionamento das relações de poder em uma direção colegiada formada por representantes de sindicatos de várias regiões do país com realidades diferentes, e entre eles lideranças que não acreditavam na eficácia da diretoria colegiada.

Os problemas políticos aumentavam à medida que crescia a percepção da importância da federação. Não por acaso, membros da Articulação propuseram tornar a Fittel uma entidade vinculada à CUT, não mais filiada, mas orgânica em relação à central. Essa discussão levou a uma reflexão sobre um dos projetos defendidos no âmbito da CUT. A proposta de unificação das lutas e das entidades sindicais por ramos de atividade, nos anos 1980, sofreu mudanças para, no debate dos anos 1990, dar lugar ao “sindicato orgânico”, proposto pelo campo majoritário. Segundo Mattos (2002, p. 92), essa proposta foi reformulada e apresentada depois como “sindicatos nacionais”, porém terminou sendo criticada ao sugerir o fim dos sindicatos como frente única de trabalhadores, “optando pelo modelo europeu dos sindicatos ideologicamente afinados com a Central a qual se filiam”. A proposta também centralizaria o controle dos sindicatos pela CUT, obstruindo os canais de democracia entre lideranças e base. A filiação da central à CSIOI (Con-

23. Minuta de Ata RENEX (Reunião Extraordinária) da Direção Executiva. Belo Horizonte, 03, 04 e 05 de janeiro de 1995.

24. CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES, 5, 1995, Luziânia. Caderno... Centro de Treinamento da CNTI – Luziânia (GO), p. 25, 1995.

federação Internacional das Organizações Sindicais Livres) teve forte influência na opção por esse modelo.

Em meio a descumprimentos de acordos salariais, mudanças rápidas no mundo do trabalho e conflitos internos, a categoria chegou mais dividida ao V CONTELConttel, realizado entre os dias 08 e 11 de abril de 1995, em Luziânia, Goiás. Como se não bastasse o contexto político desfavorável ao movimento sindical, os conflitos internos estavam ainda mais acentuados. Na entrada de seu décimo ano de existência, a Fittel estava ainda mais dividida e a tônica do congresso foi a busca da unidade. As disputas internas entre chapas do mesmo campo cutista no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul ainda eram lembradas como um conflito que acabou “por frustrar o resultado do IV Conttel”.<sup>25</sup> As repercussões dessas disputas revelaram a fragilidade do equilíbrio interno.

Dois momentos marcaram esse V Conttel. A abertura, quando os dirigentes da Fittel ao longo desses 10 anos fizeram um relato sobre seus mandatos, lembrando episódios memoráveis da luta e organização dos trabalhadores em telecomunicações fora da estrutura sindical pelega comandada pela Fenattel; e o encerramento, quando a chapa de unidade foi eleita debaixo dos aplausos dos delegados e das lágrimas de alguns dirigentes (JORNAL DO SINTEL, 1995, p. 1).

Em passo cambaleante, a Fittel avançava e se fazia necessária para a conquista de novos espaços. Assim, comemorava: o fato de o monopólio das telecomunicações não

ter sido aprovado na revisão constitucional que não houve; a incorporação determinada pela justiça para os trabalhadores considerados como mão de obra contratada (MOC) nas estatais; o sucesso da política de oposições sindicais em São Paulo – base da Fenattel, com as iniciativas de criação do Sinttel-ABCD e do Sinttel-Mogi; e ainda a vitória nas eleições do Sinttel-RN.

Os diversos temas discutidos no V CONTELConttel já revelavam o raio de ação que a federação ocupava ou pretendia ocupar, enquanto se discutiam estratégias para enfrentar a agenda neoliberal. Dessa forma, se por um lado as divergências entre as tendências refletiam na coordenação e impediam uma estabilidade à organização, por outro a Fittel tornava-se uma referência obrigatória para os próprios sindicatos da base, tanto por suas conquistas, quanto pela compreensão de que a luta se dava em plano nacional. Suas divergências internas ressaltavam a existência de projetos em disputa que o discurso encobria em forma de “dificuldade financeira”: “não dá para chegar aos 10 anos e se conviver com problemas financeiros como os vivenciados nessa última gestão” (CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES, 1995, p. 23). O tensionamento foi tal que ao fim do encontro ficou decidida a convocação de um congresso extraordinário, a ser realizado em um ano, para tratar da nova estrutura da entidade e das eleições das futuras diretorias.

O projeto político da Articulação para a Fittel ficou evidente em 1996, no VI CONTELConttel. O congresso extraordinário foi considerado pelos dirigentes um

25. CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES, 5, 1995, Luziânia. Caderno... Centro de Treinamento da CNTI – Luziânia (GO), p. 25.(GO),

marco do “início de um novo momento” (CONGRESSO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES, 1996a, p. 06).<sup>26</sup> Naquela ocasião, a Fittel estava com 18 sindicatos filiados. A maior parte das discussões era voltada para a definição dos novos objetivos e metas, e dois dos sindicatos ligados à Articulação – Sinttel-RS e Sinttel-RJ–defenderam propostas polêmicas, como: criação de cooperativas de trabalhadores pelos sindicatos, cursos de formação profissional, criação de clube de investimento etc. Essas propostas eram contrárias à política do “sindicato classista” que, para as tendências mais à esquerda, lutaria contra a exploração capitalista; eles representavam um direcionamento da política defendida pela CUT.

As pautas desse congresso confirmavam as diferentes perspectivas sobre o papel dos sindicatos; algumas teses se aproximaram de um sindicalismo de compromissos com o capital. Os temas em debate versaram sobre o contexto político internacional e a reorganização do capital. Háavia novos cenários para as telecomunicações brasileiras: o governo aprovara no congresso a quebra do monopólio estatal nas telecomunicações. Outras teses tinham um conteúdo político mais voltado para a categoria, tais como: as novas formas de organização das campanhas salariais, a criação da confederação em telemática, a representação dos trabalhadores em telecomunicações, a organização por local de trabalho, os fundos de pensão e a mais difícil delas – os clubes de investimento (CONGRESSO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO DOS TRABALHADO-

RES EM TELECOMUNICAÇÕES, 1996b). Trabalhar com essa proposta era assumir que a luta contra a privatização estava quase perdida.

A reestruturação produtiva continuava sendo um tema recorrente e nesse encontro apareceu com mais vigor nos cadernos. Os telefônicos foram uma das categorias que primeiro sofreram as consequências da reestruturação produtiva devido ao papel que as telecomunicações cumpriam no final do século XX. Além disso, o governo investiu forte na modernização desse setor para prepará-lo para a privatização. Isso significou maior nível de automação dos serviços, eliminação de postos de trabalho com a consequente diminuição do contingente de trabalhadores e terceirização em massa.

Os impactos da quebra do monopólio estatal, da privatização e da reestruturação do setor no país sobre as relações e condições de trabalho foram significativas. Sobretudo, resultaram em: demissões e/ou aposentadorias incentivadas; disseminação da subcontratação/terceirização nas empresas do setor; dispersão dos trabalhadores por várias empresas; racionalização do trabalho (OLIVEIRA, 2011a, p. 280).

Os tempos exigiram maior unidade na luta e melhor capacidade de ação. A Fittel tentou dar um passo com vistas à diminuição dos efeitos da reestruturação produtiva. A iniciativa foi de criação de uma nova confederação em parceria com a Federação Nacional dos Trabalhadores em Processamento de Dados (Fenadados). Havia uma clara compreensão de que os

26. CONGRESSO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES, 6, 1996, Espírito Santo. Caderno de resoluções. 1996a, p. 06.

trabalhos realizados pelas duas categorias se confundiam. Buscou-se, assim, definir uma área comum de atuação e foi criado um novo ramo produtivo: a telemática. A Confederação dos Trabalhadores em Telemática seria uma instância da CUT e teria sede em São Paulo.

A partir de 1995, iniciou-se entre a Fittel e a Fenadados (setor de processamento de dados), também ligada à CUT, uma discussão sobre a organização do ramo da Telemática, posteriormente referendado pela CUT. Em 1997, foi criada a CNTTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações e Informática e definido um processo de unificação das federações e sindicatos, que não se consumou. Poucos avanços ocorreram, além de algumas ações conjuntas e do compartilhamento de uma sede nacional (OLIVEIRA, 2011a, p. 286).

Ao fim do VI Conttel, considerado por todos como “o maior de todos os tempos” e tendo suas deliberações afinadas com o momento (JORNAL DA FITTEL, 1996, p. 01), os 188 delegados presentes aprovaram por unanimidade eleições diretas para a direção executiva da Fittel, a partir de 1997, elegendo uma comissão para que se apresentasse um projeto de processo eleitoral para janeiro do ano seguinte (REVISTA INTERATIVA, 1996, p. 10). As propostas de eleições diretas reapareciam a cada novo congresso e eram sintomáticas da intensificação dos conflitos.

Após a discussão sobre a liberdade das organizações autônomas por locais de trabalho, proposta defendida pelos trabalhadores da Embratel e aceita pela maioria, os delegados ainda estavam divididos quanto à proposta do sindicato orgânico,

modelo defendido pela CUT, “que a categoria dos trabalhadores em telecomunicações rejeite como modelo o Sindicato por empresa e assuma o sindicato de classe orgânico proposto pela CUT” (JORNAL DO SINTTEL-RJ, 1996, p. 01). Esse foi o ponto da discórdia e a disputa ficou em 86 votos a favor e 84 contra a proposta (JORNAL DO SINTTEL-RJ, 1996, p. 01). Mais uma vez a categoria votou dividida. Atualmente a “Fittel é uma entidade nacional, orgânica à CUT e está integrada ao ramo da Comunicação e Informação, constituído por trabalhadores em empresas de telecomunicações, operadores de mesas telefônicas e em pesquisa, ciência e tecnologia” (OLIVEIRA, 2011a, p. 283).

Dando início às organizações do VII ConttelCONTEL, este, a princípio, teve o objetivo de confrontar o governo FHC aos interesses dos telefônicos. No entanto, se o objetivo era “sair para a briga contra o projeto neoliberal e entreguista de FHC” (JORNAL DO SINTTEL-RJ, 1997a, p. 02), que endurecia e muito a relação com o movimento sindical, as coisas não estavam tão fáceis na própria federação. O objetivo era “preparar a luta pela empresa única, contra as privatizações, com uma federação mais fortalecida e organizada” (JORNAL DO SINTTEL-RJ, 1997a, p. 02). O tema da união era recorrente.

Com o intuito de gerar mais coesão, o Conttel deliberou pela realização de eleições diretas, porém a expectativa de realizá-las estava mais uma vez ameaçada, pois o Conselho Diretor reunido em maio de 1997 decidiu pela suspensão dos prazos de inscrição de chapas no processo eleitoral, tendo em vista “as imensas dificuldades que estamos vivenciando e com a enorme gama de atividades importantíssimas que estamos tocando ao mesmo tempo” (CON-

GRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES TELEFÔNICOS, 1997).<sup>27</sup>

Às vésperas da privatização do setor de telecomunicações no Brasil, a Fittel coordenava uma campanha gigantesca contra a venda das estatais com o argumento de que a informação e as telecomunicações eram assunto de segurança nacional. Os telefônicos organizavam visitas constantes ao Congresso Nacional dialogando com parlamentares, tentando evitar o pior. Paralela a isso, uma campanha publicitária de caráter nacional com lançamentos de uma revista e de livros explicando o jogo por trás das privatizações, e campanhas publicitárias em outdoors, rádio e TV contra a privatização tentavam seduzir a sociedade e manter as empresas públicas.

Nesse contexto de atividades diversas, as eleições diretas não aconteceriam mais uma vez. Em entrevista ao *Jornal do Sinttel-RJ*, Luis Antônio, secretário-geral da federação, deu a seguinte explicação para o adiamento das eleições: “todos os sindicatos filiados a Fittel passam por problemas financeiros, o que cria sérias dificuldades de organização e execução de tarefas”. O inferno astral era que “os sindicatos tiveram uma drástica redução no quadro de associados devido aos sucessivos Planos de Demissão do Governo Federal e ao próprio Plano Real, que achatou os salários e ‘ajustou’ a tarifa de vários serviços” (*JORNAL DO SINTTEL-RJ*, 1997b, p. 01).

Com esse quadro, as tensões só aumentavam, elevando o acirramento entre os grupos. Ambos os lados pareciam saber a melhor definição dos rumos para a federação. As disputas até aqui não tinham atrapalhado

a ampliação da ação da federação, mas tinham chegado ao seu limite com chapas de oposição do mesmo campo CUT/Fittel concorrendo entre si. Contudo, à medida que o processo de reestruturação produtiva castigava mais e mais a categoria, os ânimos internos se acirravam na mesma proporção.

Foi com esse clima que aconteceu o VII CONTELConttel no início de agosto. Houve muita disputa entre os sindicatos para saber quem poderia ser credenciado. O motivo principal estava relacionado às dívidas que vários sindicatos mantinham com a federação. Em 05 de agosto de 1997, a Fittel não aceitou a proposta de acordo para o pagamento da dívida do Sinttel-RJ e afirmou que a dívida era de R\$ 290.351,27 mais R\$ 9.289,81 referentes à quarta parcela do Conttel. Ao todo, a dívida somava R\$ 299.641,08. O não pagamento de pelo menos uma parte impediria a participação dos representantes do Rio de Janeiro,<sup>28</sup> que contestavam o valor (*SOUTO JR*, 2005: 316).

Depois de recorrer à plenária, foi autorizada a participação do Sinttel-RJ. Um suplente da executiva da federação criticou o questionamento do pagamento de dívidas na plenária. Segundo ele, isso fragilizava o papel da Fittel.

Se você pegar a história da Fittel, você vai ver que vários momentos estavam lá os mesmos sindicatos: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, o Sinttel do Mato Grosso do Sul. Esses três são de uma frequência. [...] Um dado curioso é que o Rio de Janeiro além de estar devendo, ele sempre criou questão, com relação aos débitos, para poder participar dos fóruns deliberativos (informação verbal).<sup>29</sup>

27. CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES TELEFÔNICOS. Comissão Eleitoral Nacional. *Informe n. 061/97*. Brasília, 09 de maio de 1997. Brasília [s.n]: 1997.

28. CT. NR/97. Brasília, 05 ago. 1997.

29. Hercílio Maciel, Coordenador Geral do SINTTEL-PE, em 23 out. 1998.

Por outro lado, os representantes do Rio de Janeiro argumentaram que as taxas pagas eram as maiores do Brasil e isso fazia diferença aos cofres do sindicato em um momento no qual o movimento sindical enfrentava dificuldades. Em carta enviada à federação em maio de 1997, três meses antes do Conttel, o Coordenador Geral afirmou: “temos feito todo esforço para acertarmos os débitos com a Fittel”. Ele propôs uma discussão na próxima Plenária Nacional pela TV Executiva.<sup>30</sup>

Reviravolta: em outra carta enviada um mês antes do congresso, o Sinttel-RJ chamou atenção novamente para o caso das mensalidades. Relatava o seu papel na fundação da federação e as disputas políticas mais intensas vivenciadas por todos, principalmente por causa de a sede da Fenattel ser no Rio de Janeiro, o que possibilitou ataques mais constantes à categoria. Enfatizava também que “nos últimos três anos contribuiu com mais de meio milhão de reais para a Fittel manter sua estrutura” para congressos, campanhas, rateios etc. e alertava sobre as dificuldades: “vimos alertando a Federação para dificuldades e manter em dia pagamentos para a Fittel tal a quantidade de rateios com valores para nós estratosféricos. Até o momento estes crescem e nossos recursos minguam”. Por fim, havia convocado um debate sobre o assunto para o VII CONTTELConttel, que aconteceria em menos de uma semana. Ao fim da carta, propunha o pagamento do débito.<sup>31</sup>

O caso continuou sem solução e, em 05 de agosto, faltando dois dias para o início do congresso, o Sinttel-RJ enviou outra

carta na qual afirmava que sempre cumpriu seus compromissos financeiros com a federação, sem nunca chegar a um congresso com dívida. Ainda segundo o sindicato, nos últimos anos haviam sido extintas somente na Telerj 6.500 vagas.<sup>32</sup> A carta terminava com uma crítica às formas de pagamento à federação: “Acrescentamos que não desejamos anistia embora não concordamos em pagar mensalidade, taxa de fortalecimento e continuar com a prática de rateios”.<sup>33</sup>

O Conselho Diretor da Fittel, em fevereiro de 1997, já havia definido que os sindicatos com débito junto à federação poderiam participar do congresso, mas deveriam apresentar até o final de março uma proposta de pagamento das dívidas de forma parcelada, de maneira que, até o congresso, 50% estivessem quitadas e com houvesse o compromisso de mantê-las em dia a partir dali. Essa decisão foi consensual. O Rio de Janeiro, segundo Hercílio Maciel, chegou devendo. Mas não foi o único. Os sindicatos que não haviam pagado não receberiam passagens.

Como do Rio de Janeiro pra Brasília dá pra ir de ônibus, que era muita gente, eles aí botaram todo mundo dentro dum ônibus e levaram pra lá. E aí bota toda a delegação lá dentro pra pressionar os demais delegados a credenciar o pessoal do Rio, mesmo sem ter pago, com o argumento de que era uma mera questão burocrática, que a gente estava querendo com isso ganhar o congresso. Agora, tinha o acerto. Aí nós tencionamos e dissemos: “olha, se for desse jeito a gente não credenciamos” (informação verbal).<sup>34</sup>

30. Carta do Sinttel-RJ. 282/97 A. S. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1997.

31. Carta do Sinttel-RJ. 437/97 A. S. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1997.

32. Carta do Sinttel-RJ. 457/97 A. S. Rio de Janeiro, 05 de agosto de 1997.

33. Ver negociações de dívidas do SINTTEL-RJ e demais sindicatos na tese de SOUTO JR., 2005b.

34. Hercílio Maciel, Coordenador Geral do SINTTEL-PE, em 23 out. 1998.

Nesse contexto, os representantes do Rio de Janeiro se tornaram personagens principais no Conttel. Com uma delegação expressiva, o Sinttel-RJ chegou preparado para disputar e aliou-se com o Sinttel-RS, Sinttel-DF e Sinttel-MG. O grupo ligado ao Sinttel-PE perdeu o comando da federação, mudando assim a correlação de forças. A rede de relações dentro da federação era complexa. A executiva do Sinttel-PE apoiava o PSTU como oposição no Rio de Janeiro, mas não mantinha afinidade alguma com esse mesmo grupo em Pernambuco.

Ao fim do congresso, a direção executiva foi eleita com Luiz Antônio (Sinttel-RJ) como coordenador geral. O sindicalismo classista se metamorfoseava. O neoliberalismo avançava ganhando espaço na sociedade. A pauta dos trabalhadores mudaria: sairia do ambiente de trabalho para alcançar a sociedade. As novas bandeiras de luta visaram a uma ação política em seu sentido macro, seguindo o direcionamento que a CUT encaminhava. As bandeiras seriam direcionadas para a sociedade. Entre as novas prioridades definidas no congresso estavam: continuar a luta contra o tarifaço, criar e fortalecer as Comissões Estaduais de Política de Telecomunicações, lutar pela universalização dos serviços, lutar contra a privatização de todo o Sistema Telebrás e mobilizar a sociedade para exigir a efetiva democratização da Anatel (JORNAL DO SINTTEL-RJ, 1997c, p. 01).

No plano interno, o tema das dívidas deixaria de ser um problema. Pouco tempo depois de eleita a nova diretoria, entre os meses de março e abril de 1998, o clima e as divergências internas levaram ao afas-

tamento de um dos membros da executiva, Ricardo Queiroz. Ele havia sido coordenador geral e diretor, ligado ao Sinttel-PE, e se afastou alegando diferenças na condução interna das ações da executiva.<sup>35</sup>

### Considerações Finais

Na atmosfera pesada da ditadura militar, muitos dos escritos sociológicos se converteram em instrumentos de resistência, daí as frases carregadas com forte conotação política, ora atribuindo um sentido negativo e condenando os sindicalistas que atuaram no período ditatorial, principalmente os interventores, chamando-os de “pelegos”, ora exaltando aqueles considerados como as “verdadeiras lideranças”. A ideia comum por trás dessa linha de pensamento foi que a estrutura sindical inviabilizaria um sindicalismo combativo e que se buscavam respostas para o “destino” que a classe trabalhadora não alcançava. Para os autores: “a maioria dos sindicatos tem um baixo nível de participação e de representação” e forte dependência do Estado (WEFFORT, 1972, p. 28); ou existia uma baixa politização do proletariado e não havia consciência de classe (RODRIGUES, 1968); ou o “líder operário que enfrentava a repressão política” desapareceu com a estrutura sindical (MARTINS, 1979); ou restaram poucos dos sindicalistas puros (RODRIGUES, 1991); ou as lideranças estavam imbuídas da ideologia do sindicalismo de Estado (BOITO, 1991a, 1991b).

A experiência da Fittel foi exitosa em construir a identidade da categoria associada ao enfrentamento. Em 1995, tinha

35. Carta de Ricardo Queiroz, Secretário de Pesquisa e Tecnologia da FITTEL, a Luiz Antônio Souza, Coordenador Geral da FITTEL. Recife, 30 de março de 1998. Também: Comunicado Oficial de Ricardo Queiroz do seu afastamento da Executiva da FITTEL. Brasília, 14 de abril de 1998.

18 sindicatos filiados, representando mais de 70% dos telefônicos do país. A organização interna sem vínculo com a estrutura sindical revelou as dificuldades com o financiamento de suas atividades, e também com a criação e a manutenção de uma burocracia capaz de organizar a categoria nacionalmente. Sem o suporte financeiro do imposto sindical e sem o amparo da estrutura sindical, teve que inventar formas para assegurar a liberação de dirigentes para o exercício de suas funções. Não havia outra institucionalidade, para além da estrutura sindical, que garantisse o perfeito funcionamento da federação. Às margens da institucionalidade vigente, burocracia e política caminharam lado a lado na construção da Fittel. Não formaram pares dicotômicos.

No entanto, o calcanhar de Aquiles não foi necessariamente o financiamento, mas as disputas internas na organização com relação às diversas compreensões do que deveria ser a Fittel, suas prioridades e sua forma de atuação. A experiência foi capaz de demonstrar que sua existência foi possível sem os recursos da estrutura sindical oficial e com uma burocracia que funcionou de forma flexível, apoiada no rodízio dos diretores que se deslocavam de suas bases, o que representou uma enorme capacidade de articulação de todos os sindicatos para atingir esse fim. As lideranças que administravam essa organização política apoiavam-se na produção de informações dessa burocracia para tomar decisões e organizar, no plano nacional, campanhas salariais, greves, seminários. Além disso, a constituição de um banco de dados nacional permitiu a produção de pareceres e a análise de conjuntura, e facilitou inúmeras negociações entre sindicalistas e executivos de empresas etc. É

na dimensão política do movimento sindical que se devem buscar as explicações do funcionamento da Fittel.

Quando o grupo ligado à Articulação, venceu a disputa em 1997, o Sinttel-RJ que já havia desenvolvido uma série de ações que o tornavam um “sindicato cidadão”, representando uma ação sindical que, no refluxo do neoliberalismo, procurou se engajar em lutas da sociedade em busca de alianças com outros setores sociais, agindo com uma política de alcance mais amplo que a categoria; manteve em sua sede uma escola técnica de nível médio para formação de mão de obra para o setor telefônico, encampando a lógica da qualificação profissional para garantir “empregabilidade”; estimulou e criou cooperativas de trabalho no sindicato para prestar serviço às empresas telefônicas (SOUTO JR., 2005b; OLIVEIRA, 2011b).

As tendências políticas que se opunham à Articulação colocavam-se completamente contrárias aos posicionamentos políticos da Articulação por acreditarem que os sindicatos não deveriam se tornar parceiros das empresas e do capital. As disputas no âmbito da CUT permitiram compreender, por tabela, o ambiente de desconfiança e disputa na Fittel. A postura da central, vista por várias tendências como abandono da luta classista em favor do exercício da cidadania, em muito acirrou os ânimos na política interna da federação. A CUT passou a utilizar recursos do Estado para oferecer cursos de qualificação a trabalhadores e participar das câmaras setoriais, que envolviam trabalhadores, Estado e empresários, agindo com a crença de que o desenvolvimento econômico era possível e que traria também ganhos aos trabalhadores. O Sinttel-RJ, assim como o Sinttel-RS, já desenvolvia políticas semelhantes, enquanto outros sindicatos as evitavam. A opção feita pela CUT foi vista



também como uma postura que procurou lutar e utilizar os espaços públicos para garantir a preservação dos empregos diante de uma conjuntura difícil trazida pela reestruturação produtiva (LADOSKY; RAMALHO; RODRIGUES, 2014). Por outro lado, tal postura colocava em xeque o modelo de sindicato defendido por várias tendências, baseado na “luta de classes”, que arrastava bandeiras como aquelas dos primórdios do *novo sindicalismo*: o fim da estrutura sindical, o sindicato de luta e portador de dicotomias como burocracia versus militância, entre outras. Diferentemente do que se discutiu aqui sobre estrutura sindical, a Fittel foi a demonstração cabal de que as análises sociológica e histórica não devem ser pautadas por dicotomias, nem o movimento operário deve ser visto como um paciente numa maca à espera de um médico para examiná-lo, como já nos lembrava Thompson ao se referir à classe: “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é a sua única definição” (THOMPSON, 1987, p. 14). Para Hobsbawm (1987, p. 274), “as classes nunca estão prontas no sentido de acabadas, ou de terem adquirido sua feição definitiva. Elas continuam a mudar”.

## Referências

ALMEIDA, M. H.T. O sindicalismo no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. *Debate & Crítica*, n. 6, p. 49-74, 1975.

ANDERSON, P. Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1999..

ARAÚJO, S.M.P. Trabalho e ação sindical em confronto: parâmetros de análise dos telefônicos na última década. Trabalho apresentado no GT Sindicalismo e Política. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E

PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 24, 2000. Petrópolis. *Anais...Petrópolis*: ANPOCS, 2000. (mimeo).

ASSOCIAÇÃO DE EMPREGADOS DA EMBRATEL/ ORGANIZAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA EMBRATEL. Documento 1. Abril de 1995. Rio de Janeiro: [s.n.], 1995.

BOITO, A. Jr. *O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical no Brasil*. Campinas: Ed da Unicamp, 1991a. .

\_\_\_\_\_. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO JUNIOR, A. (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991b., p. 43-91.

CHAVES, A.B.P. Reestruturação produtiva nas telecomunicações: a TELEMAR-PA. *Trilhas*, Belém, v. 4, n. 1, p. 31-40, jul. 2004.

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES TELEFÔNICOS, 2, 1989, Juiz de Fora. *Resoluções... Organização e revisão: Núcleo de Pesquisas Sindicais*. Manuscrito. Juiz de Fora: NUPES/UFRJ, 1989.

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES, 3, 1991, Distrito Federal. *Teses, estatutos, regimento interno...* Distrito Federal: [s.n.], 1991.

\_\_\_\_\_, 5, 1995, Luziânia. *Caderno... Luziânia (GO): Centro de Treinamento da CNTI*, 1995.

\_\_\_\_\_, 6, 1996, Espírito Santo. *Caderno de resoluções*. Espírito Santo: [s.n.], 1996a.

\_\_\_\_\_, 6, 1996, Espírito Santo. *Caderno de teses*. Espírito Santo: [s.n.], 1996b.

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES TELEFÔNICOS. Comissão Eleitoral Nacional. *Informe n. 061/97.09* de maio de 1997. Brasília [s.n]: 1997.

ERICKSON, K.P.. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979..

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES. Direção Executiva. *Ata de Reunião Extraordinária*. 199-.

\_\_\_\_\_. *CT n. 044/88 da Fittel aos Sindicatos Filiais*. 28 out. 1988. Brasília: Fittel, 1988.

- FÜCHTNER, H. **Os sindicatos brasileiros: organização e função política.** Rio de Janeiro:Graal, 1980..
- GOMES, M. M.F. **Com quem está falando? Trabalhadores em telecomunicações e mudança tecnológica.** 1990. 148f. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–UFRJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1990..
- HUMPREY, J. **Operários da indústria automobilística no Brasil: novas tendências no movimento trabalhista**, CEBRAP, n.23, p. 81-163, 1979..
- \_\_\_\_\_. **Fazendo o “milagre”: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira**. Petrópolis: Vozes/São Paulo: CEBRAP, 1982.
- HOBBSAWM, E. **Mundos do trabalho.** 2.ed., Vozes. Rio de Janeiro:1987.
- JORNAL DA FITTEL. Brasília, setembro de 1996.
- JORNAL DO SINTEL-RJ. n. 464, Rio de Janeiro, 18 a 24 de abril de 1995. Rio de Janeiro: [s.n.], 1995.
- \_\_\_\_\_. n. 545, Rio de Janeiro, 27 de agosto a 02 de setembro de 1996. Rio de Janeiro: [s.n.], 1996.
- \_\_\_\_\_. n. 582, Rio de Janeiro, 20 a 26 de maio 1997. Rio de Janeiro: [s.n.], 1997a.
- \_\_\_\_\_. n. 585. Rio de Janeiro, 10 a 16 de junho de 1997. Rio de Janeiro: [s.n.], 1997b.
- \_\_\_\_\_. n. 594. Rio de Janeiro, 12 a 18 de agosto de 1997. Rio de Janeiro: [s.n.], 1997c.
- LADOSKY, M.H.; OLIVEIRA, R.V. O “novo sindicalismo” pela ótica dos estudos do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho.** v. 6, n. 11, jan.-jun.2014.
- LADOSKY, RAMALHO, J.R.; RODRIGUES, I.J.A questão trabalhista e os desafios da ação sindical nos anos 2000. In: OLIVEIRA, R.V.; BRIDI, M.A.; FERRAZ, M. (Orgs.) **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares.** Belo Horizonte: Traço Fino, 2014.
- LARANJEIRA, S.M.G. **Reestruturação das telecomunicações e o desafio dos sindicatos: Brasil numa perspectiva internacional.** Trabalho apresentado no GT Trabalho, Sindicatos e Nova Questão Social. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 26, 2000. Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS, 2002. d.(mimeo).
- LOPES NETO, S.; GIANNOTTI, V. **Para onde vai a CUT? São Paulo: Scritta, 1993.**
- MARTINS, H. H.T.S. **Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil.** São Paulo, HUCITEC.
- MATTOS, M.B. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro.** Tese de doutoramento (Doutorado em História)– Universidade Federal Fluminense, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro: 1955/1988.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, m 1998..
- \_\_\_\_\_. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- MENDES, J. **A terceirização na área de atendimento telefônico em Curitiba: análise da continuidade do taylorismo/fordismo no trabalho flexível dos callcenters**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.
- MORAES FILHO, E. **O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos.** 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.
- MOISÉS, J.A. **Qual é a estratégia do novo sindicalismo? Reunião do Grupo de Trabalho de Movimentos Laborais, Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), México, 1980.** (mimeo). LOPES .; 1993
- OLIVEIRA, R.V. **Novo padrão de relações de trabalho e de ação sindical no setor de telecomunicações brasileiro: contribuição ao debate a partir do caso da Paraíba. Política & Sociedade.**v. 10, n.18, abril de 2011, 2011a.
- \_\_\_\_\_. **Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão.** São Paulo: FAPESB/AnnaBlume, 2011b.
- QUEIROZ, R. **Carta a Luiz Antônio Souza, Coordenador Geral da FITTEL.** Recife: [s.n.], 1998.

- \_\_\_\_\_. **Comunicado Oficial de afastamento da Executiva da FITTEL.** Brasília: [s.n.], 1998.
- REVISTA EXAME. São Paulo: Abril, 13 jun. 1990.
- REVISTA INTERATIVA. Rio de Janeiro, n. 06, v. 02, set./out./nov. 1996. p. 10.
- RODRIGUES, L.M.O PCB: dirigentes e a organização. In: BORIS, F. (Org). **História Geral da Civilização Brasileira: sociedade e política-1930-1964.** São Paulo: DIFEL, p. 129-138, 1981a, .5.
- \_\_\_\_\_. **Sindicalismo e classe operária 1930-1964,** In: BORIS, F.(Org). **História Geral da Civilização Brasileira: sociedade e política-1930-1964.** São Paulo: DIFEL, p 129-38, 1981b,p. 508-60.
- \_\_\_\_\_. **As tendências políticas na formação das centrais sindicais.** In:BOITO JUNIOR, A.(Org). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80.**Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1991, p. 11-42.
- \_\_\_\_\_. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil,** São Paulo: DIFEL, 1966.
- RODRIGUES, J.A. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil.**São Paulo: DIFEL, 1968.
- RODRIGUES, I.J. **Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria.** Rio de Janeiro, 1990.
- SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4. ed., 2001.
- SANTANA, M.A.. **Política e história em disputa: o 'novo sindicalismo' e a idéia da ruptura com o passado.**In:RODRIGUES, I. J. (Org.) **O novo sindicalismo vinte anos depois.**Petrópolis: Vozes, 1999a.
- \_\_\_\_\_. **Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, v. 14, n. 41. São Paulo, outubro de 1999, 1999b.
- SILVA, L.F.S.C. **Novos cenários de emprego nas telecomunicações: trabalho e qualificação em um call center de Porto Alegre.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFRS, 2004.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS. **Carta à Fittel.** Ofício 208/86. 02 out. 1986. Belo Horizonte:Sinttel-MG, 1986.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES DE PERNAMBUCO. **Carta à Fittel.** 16 jan. 1987. Recife: Sinttel-PE, 1987.
- SOUTO JUNIOR, J.F. **Pelegos, puros e modernizadores: reflexões acerca do termo assistencialismo no movimento sindical brasileiro.** 2005,a n. 23, publicação do PPGS da UFPB. Outubro de 2005, 2005a.
- \_\_\_\_\_. **Práticas assistenciais em sindicatos cariocas e pernambucanos: 1978-1998.** 2005, 349f. Tese (Doutorado em História Social)--Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005b.
- SROUR, R.H. **Poder, cultura e ética nas organizações: o desafio das formas de gestão.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- TEIXEIRA, R. **Para onde foi a CUT? Do classismo ao sindicalismo social-liberal (1978-2000).** 2009. 237f. Dissertação (Mestrado em História Social)-- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2. ed., 1987.

## RESUMO

Este trabalho pretende discutir dois pontos relacionados à Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (Fittel). Em primeiro lugar, dentro do que se convencionou chamar de “novo sindicalismo”, durante os anos 1980 e 1990, não se deu visibilidade às organizações sindicais criadas e mantidas fora da zona de controle da estrutura sindical. Em segundo lugar, a manutenção de projetos como esse revela os ideais e as contradições baseadas num projeto que se pensou fora da estrutura sindical e que nasceu no berço do “novo sindicalismo”. Esse foi o caso da Fittel. O que se pretende mostrar é a dificuldade de manutenção de uma organização sindical como essa com inúmeros conflitos que revelam a diversidade de projetos em disputa para os trabalhadores telefônicos. Este artigo é parte da tese de doutorado do pesquisador, um trabalho com metodologia qualitativa, entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental em jornais sindicais, jornais diários, documentos produzidos pelos sindicatos, entre outros.

## PALAVRAS-CHAVE

Sindicalismo. Estrutura sindical. Novo sindicalismo. Sociologia.

## ABSTRACT

This paper discusses two related to points about Fittel (Workers Federation). Firstly, within the so called “new unionism”, during the years 1985 and 1997, did not give visibility to unions created and maintained outside the control zone of the Estate union structure. Secondly, the maintenance of such projects reveals the ideals and contradictions based on a project that thought outside the Estate union structure and born in the cradle of the “new unionism”. This was the case of Fittel. The aim is to show the difficulty of maintaining a union organization like this. As a consequence many conflicts reveal the diversity of competing projects for telephone workers. This article is part of my doctoral thesis, I worked with a qualitative methodology with semi-structured interviews, and documentary research, as trade journals, newspapers, documents produced by the unions, etc.

## KEYWORDS

Unionism. Union structure. New unionism. Sociology.

Recebido em: 14/03/14

Aprovado em: 18/03/16